ATA nº 038 de 24.11.2026 Sessão Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Câmara Municipal de Brazópolis, realizou-se a trigésima oitava Sessão Ordinária do ano. A Sessão iniciou-se às 18h10, com a abertura dos trabalhos pelo senhor Presidente, Vereador Adilson Francisco de Paula, que cumprimentou os presentes. Em seguida, declarou aberta a Sessão com as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo brazopolense, iniciamos os nossos trabalhos legislativos”. Inicialmente, foi apresentada a ata da sessão anterior, a qual, sendo de conhecimento dos senhores Vereadores e das senhoras Vereadoras, foi colocada em apreciação e aprovada por todos. O senhor Presidente registrou e agradeceu a presença da senhora Luciane de Fátima Constantino e dos senhores José Airton e José Carlos. Na sequência, solicitou à senhora Vereadora Leilane de Almeida, Secretária da Mesa Diretora, que procedesse à verificação do quórum. A senhora Vereadora Leilane de Almeida cumprimentou os presentes, os servidores da Câmara e os cidadãos que acompanhavam a transmissão pelas redes sociais, informando a presença de todos os vereadores e constatando a existência de quórum regimental para a continuidade dos trabalhos. Por solicitação do senhor Presidente, informou que não havia correspondências recebidas a serem apresentadas naquela Sessão. Passando às correspondências enviadas, o senhor Presidente solicitou à senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú, Vice-Presidente da Mesa Diretora, que procedesse à leitura do Ofício nº 171/2026, datado de dezenove de novembro de dois mil e vinte e seis, encaminhado à senhora Luciane de Fátima Constantino, Supervisora de Endemias do Município de Brazópolis, por iniciativa das senhoras Vereadoras Leilane de Almeida e Andresa Aparecida Isaú, convidando-a para fazer uso da Tribuna Livre Vereadora Maria das Graças Martins, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a situação da dengue no município, as ações de prevenção e combate ao mosquito transmissor, bem como sobre o abastecimento de água no bairro Floresta e seus possíveis impactos na saúde pública. Na sequência, o senhor Vereador João Pedro Visotto procedeu à leitura do Ofício nº 172/2026, encaminhado à Diretoria do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Brazópolis – BRAZPREV, solicitando o encaminhamento de avaliação atuarial, estudos técnicos e informações previdenciárias destinados a subsidiar a análise do Projeto de Lei Complementar nº 026/2026, que propõe alterações na Lei Complementar Municipal

nº 002/2015. Entre os documentos solicitados, destacou a avaliação atuarial mais recente do Instituto, incluindo relatório, parecer e respectivos demonstrativos, o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, informações atualizadas sobre a existência de déficit ou superávit atuarial, o plano de custeio vigente e eventuais medidas destinadas ao equacionamento de déficit. Solicitou, ainda, manifestações técnicas acerca dos impactos financeiros e atuariais decorrentes das alterações na base de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, da supressão da idade mínima de cinquenta e sete anos para aposentadoria especial dos servidores expostos a agentes nocivos, do quantitativo de servidores potencialmente beneficiados pelas alterações, bem como dos efeitos sobre o cálculo dos proventos e o reajustamento dos benefícios previdenciários. Com relação à gratificação dos conselheiros prevista no projeto, solicitou informações sobre o impacto financeiro anual estimado, a disponibilidade de recursos para seu custeio, a compatibilidade da despesa com os limites da taxa de administração do regime próprio e os critérios estabelecidos para o pagamento da gratificação. Requereu também informações sobre os aposentados e pensionistas com direito à paridade constitucional, os critérios atualmente adotados para o reajustamento dos benefícios e os possíveis efeitos das revogações propostas, especialmente no que se refere ao abono de permanência. Por fim, solicitou manifestação institucional da Diretoria do BRAZPREV, esclarecendo se as alterações propostas foram previamente submetidas à análise do Instituto, de seu responsável técnico atuarial e dos conselhos competentes, com o encaminhamento das respectivas atas, pareceres e manifestações, caso existentes. Ressaltou que as informações solicitadas se destinavam exclusivamente a subsidiar a análise legislativa da matéria, observando-se o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal. Na sequência, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins solicitou inicialmente que o Ofício nº 176/2026, de sua autoria, fosse apresentado na forma de requerimento, esclarecendo que essa havia sido sua intenção ao encaminhar o documento à Secretaria da Câmara. O senhor Presidente manifestou entendimento de que não haveria impedimento para seu encaminhamento na forma de ofício, prosseguindo-se com a leitura das correspondências. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins apresentou o Ofício nº 173/2026, encaminhado à senhora Deputada Federal Ana Pimentel, solicitando a

destinação de emenda parlamentar no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ao Fundo Municipal de Saúde de Brazópolis, destinada especificamente ao custeio de serviços de Média e Alta Complexidade – MAC. Justificou a solicitação destacando as dificuldades enfrentadas pelo município para garantir à população o acesso a exames especializados, considerando a insuficiência da oferta local e a necessidade de deslocamento dos pacientes para municípios vizinhos. Ressaltou que os recursos poderão possibilitar a contratação de exames e serviços especializados junto a prestadores habilitados pelo Sistema Único de Saúde, inclusive por intermédio do consórcio intermunicipal de saúde, contribuindo para a ampliação da capacidade de atendimento e a redução da necessidade de deslocamentos. Mencionou também os recursos anteriormente destinados ao município pela referida Deputada, por meio do PAC Seleções 2025, esclarecendo que a nova solicitação buscava complementar as ações desenvolvidas na área da saúde. Em seguida, procedeu à leitura do Ofício nº 176/2026, encaminhado à senhora Paula Viviana Simões, Secretária Municipal de Educação, solicitando informações quantitativas e financeiras referentes ao transporte universitário gratuito oferecido pelo município, especificamente com destino à cidade de Itajubá, com a finalidade de subsidiar o planejamento orçamentário para o exercício de dois mil e vinte e sete. Entre as informações solicitadas, destacou o quantitativo de estudantes atendidos, sua distribuição por turnos e dias da semana, os gastos médios mensais com combustível e motoristas, a quilometragem percorrida, os pontos de embarque e desembarque, a capacidade dos veículos, a taxa média de ocupação e a eventual existência de lista de espera ou de estudantes não atendidos por falta de vagas. Ressaltou que a ausência de informações precisas poderia comprometer o adequado dimensionamento do serviço, tanto pela insuficiência de recursos quanto pela previsão de despesas superiores às necessidades efetivas. Esclareceu que solicitava exclusivamente dados agregados e estatísticos, sem a identificação pessoal dos estudantes, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Na continuidade, a senhora Vereadora Leilane de Almeida procedeu à leitura do Ofício nº 174/2026, destinado à Presidência da Câmara Municipal e à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando a destinação do saldo remanescente de sua emenda parlamentar individual impositiva do exercício de dois mil e vinte e seis, originalmente destinada à implantação e estruturação da Sala Lilás, para a aquisição de equipamentos e materiais de apoio às políticas públicas voltadas às mulheres do

município. Entre os materiais que poderão ser adquiridos, mencionou tendas, microfones, caixas de som e outros equipamentos destinados à realização de encontros, palestras, campanhas educativas e eventos de conscientização e valorização das mulheres. Ressaltou que a medida pretendia garantir o melhor aproveitamento dos recursos públicos, preservando a finalidade originalmente estabelecida e possibilitando, inclusive, a realização de atividades em parceria com outros setores da Administração Municipal. Em seguida, apresentou o Ofício nº 175/2026, encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG, Unidade Regional de Itajubá, solicitando, em caráter de urgência, a revitalização da sinalização horizontal e a limpeza dos acostamentos da rodovia utilizada na ligação entre Brazópolis e Itajubá. Destacou o intenso fluxo de veículos, trabalhadores, estudantes e pacientes que utilizam diariamente a referida via, bem como os riscos decorrentes da deficiência da sinalização, especialmente durante o período noturno e em dias chuvosos. Solicitou a pintura das faixas centrais e laterais, a instalação ou recuperação de dispositivos refletivos, popularmente conhecidos como olhos de gato, a roçada e limpeza dos acostamentos e a realização de vistoria geral das condições de conservação e sinalização da rodovia. A senhora Vereadora Leilane de Almeida apresentou também correspondências encaminhadas ao senhor Deputado Estadual Marquinho Lemos e ao senhor Deputado Federal Miguel Ângelo, de mesmo teor, solicitando a destinação de emenda parlamentar no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a execução de obras de calçamento e pavimentação das vias do bairro Cancã. Justificou a solicitação pelas dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos moradores, especialmente durante o período chuvoso, ressaltando os benefícios que a pavimentação proporcionará à mobilidade, à segurança e à qualidade de vida da comunidade. Fazendo uso da palavra, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões parabenizou a parlamentar pelas solicitações apresentadas e fez uma observação quanto à identificação do trecho rodoviário mencionado no ofício encaminhado ao DER-MG, esclarecendo que o trecho estadual da Rodovia MG-295 segue em direção ao município de Piranguinho, enquanto a ligação deste município com Itajubá se dá por rodovia federal. A senhora Vereadora Leilane de Almeida esclareceu que a denominação utilizada correspondia ao cadastro existente junto ao DER-MG. O senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões sugeriu que a solicitação contemplasse também o trecho entre Paraisópolis e

Piranguinho, considerando a extensão da rodovia situada no território de Brazópolis. Ressaltou, ainda, que a manutenção do trecho inserido no perímetro urbano é de responsabilidade do Município, reiterando a necessidade de serviços de roçada, recuperação do pavimento e implantação de dispositivos destinados à segurança do trânsito, demandas que, segundo informou, já haviam sido encaminhadas anteriormente ao Poder Executivo. Na sequência, o senhor Presidente registrou a presença do ex-Vereador Dalírio Dias, do distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira, dando-lhe as boas-vindas. Posteriormente, procedeu à leitura do Ofício nº 178/2026, de sua autoria, encaminhado ao senhor Prefeito Municipal João Torres Pereira Júnior, solicitando a avaliação e a realização de poda adequada das árvores localizadas atrás da Igreja Matriz. Esclareceu que a solicitação decorreu da manifestação de um cidadão, segundo o qual o sombreamento provocado pelas árvores, associado ao período chuvoso, estaria contribuindo para o acúmulo de umidade nas paredes da edificação, dificultando sua secagem natural e podendo comprometer sua conservação. Ressaltou a importância histórica, religiosa e cultural da Igreja Matriz, solicitando que as intervenções fossem realizadas de maneira adequada, respeitando-se as normas ambientais e de proteção ao patrimônio histórico, de modo a conciliar a preservação da arborização com a conservação da edificação. Encerrada a leitura das correspondências enviadas, passou-se à apresentação das indicações de providências. A senhora Vereadora Leilane de Almeida apresentou a Indicação de Providência nº 143/2026, solicitando a manutenção da estrada de terra do bairro Cancã e a limpeza das valetas existentes no local, considerando as dificuldades de escoamento das águas pluviais e os transtornos ocasionados aos moradores e demais usuários da via. Apresentou, em seguida, a Indicação de Providência nº 144/2026, solicitando a limpeza das ruas do bairro Santo Isidro, onde está localizado o loteamento Terras de São Gabriel, bem como a manutenção do calçamento em bloquetes. Na oportunidade, informou que, embora tivesse encaminhado a solicitação na sexta-feira anterior, constatou, ao passar pelo bairro, que a Prefeitura Municipal já havia realizado os serviços de limpeza, agradecendo pela atenção dispensada à demanda. Apresentou também indicação solicitando a manutenção e substituição das luminárias do referido loteamento, tendo em vista a existência de unidades queimadas e a necessidade de modernização da iluminação pública, preferencialmente com a instalação de luminárias de LED. O senhor Presidente, Vereador Adilson Francisco

de Paula, apresentou indicação de sua autoria, solicitando a manutenção do calçamento da subida da Igreja Nossa Senhora da Piedade, no bairro Farias, incluindo a reposição dos bloquetes faltantes. Ressaltou tratar-se de uma demanda reiterada em diversas ocasiões, inclusive durante a Sessão Ordinária Itinerante realizada no distrito de Cruz Vera, solicitando urgência na realização dos reparos, em razão das dificuldades enfrentadas pelos moradores e frequentadores da igreja. Na sequência, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões cumprimentou os presentes e apresentou a Indicação de Providência nº 147/2026, solicitando aos setores de Obras e Engenharia da Prefeitura Municipal uma avaliação das condições do manilhamento existente na estrada do Caminho da Fé, antes da ponte localizada nas proximidades da Pousada Novo Amanhecer, no bairro Valentins, distrito de Luminosa. Esclareceu que o referido manilhamento atravessa a estrada nas proximidades da propriedade do senhor Sebastião Simões e tem por finalidade permitir o escoamento das águas provenientes das cheias do Rio Vargem Grande. Informou que a tubulação apresentava indícios de danos ou obstrução, comprometendo o escoamento e ocasionando o acúmulo de água sobre a estrada, dificultando a passagem de veículos e pedestres. Apresentou também a Indicação de Providência nº 148/2026, solicitando a manutenção do trecho final da estrada municipal de acesso ao bairro Valentins, em direção à propriedade do senhor José Braz, conhecido como Zé Caetano. Justificou a solicitação pelas dificuldades enfrentadas pelos familiares do morador para acessar sua residência, bem como para transportar alimentos, materiais de construção e outros itens necessários à propriedade. Manifestou especial preocupação quanto à possibilidade de necessidade de atendimento médico emergencial, uma vez que as condições da estrada poderiam dificultar ou impedir o acesso de ambulâncias. Colocadas em apreciação, as indicações de providências receberam a concordância de todos os vereadores, sendo determinado seu encaminhamento ao conhecimento do senhor Prefeito Municipal. Antes de ingressar na Ordem do Dia, o senhor Presidente apresentou o requerimento de uso da Tribuna Livre Vereadora Maria das Graças Martins, formulado pela senhora Luciane de Fátima Constantino, Supervisora de Endemias do Município de Brazópolis, para abordar assuntos relacionados à situação da dengue no município e ao abastecimento de água no bairro Floresta. Informou que o referido requerimento havia sido deferido pela Presidência, concedendo-lhe a palavra. A senhora Luciane de Fátima Constantino cumprimentou

os presentes e os cidadãos que acompanhavam a Sessão pelas redes sociais, agradecendo o convite formulado pelas senhoras Vereadoras Leilane de Almeida e Andresa Aparecida Isaú. Iniciou sua exposição abordando a situação da dengue no município, informando que, durante o mês de novembro, foi realizado o Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti – LIRAa, cujo resultado indicou médio risco de infestação no município, com índices mais elevados nas regiões situadas nas partes altas da cidade. Ressaltou que o levantamento foi realizado durante um período de chuvas frequentes e que, mesmo diante dessas condições, os resultados foram preocupantes. Informou sobre a realização de uma mobilização denominada Dia D de Combate à Dengue, na Praça do Mercado, convidando os vereadores e a população a prestigiarem o evento. Destacou que, em razão das condições climáticas associadas ao fenômeno El Niño, o Estado de Minas Gerais encontrava-se em alerta quanto à possibilidade de uma nova epidemia de dengue, semelhante à registrada no ano de dois mil e vinte e quatro. Recordou que Brazópolis enfrentou surtos da doença nos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, atribuindo parte das dificuldades enfrentadas no segundo período à ausência de recolhimento adequado dos materiais descartados pela população durante uma campanha de limpeza anunciada ao final de dois mil e vinte e quatro. Abordou a existência de diferentes sorotipos do vírus da dengue, esclarecendo que a imunidade adquirida após uma infecção é específica para o sorotipo contraído. Manifestou preocupação com a circulação do sorotipo DENV-3 na região Sul de Minas Gerais, ressaltando que pessoas anteriormente infectadas por outros sorotipos poderão apresentar maior risco de complicações em caso de uma nova infecção. Explicou que os agentes de combate às endemias realizam visitas periódicas aos imóveis, geralmente em intervalos de dois meses, promovendo orientações aos moradores, vistorias e eliminação de possíveis criadouros do mosquito. Entretanto, ressaltou que o combate à dengue constitui uma responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e a população, sendo indispensável que cada cidadão mantenha seu imóvel em condições adequadas de limpeza e elimine recipientes que possam acumular água. Destacou a importância do Comitê Municipal de Arboviroses, cuja atuação envolve diferentes setores da Administração Municipal, incluindo as áreas de Saúde, Educação, Obras, Agricultura e Meio Ambiente, Fiscalização de Posturas e representantes do Poder Legislativo. Esclareceu que as ações de enfrentamento às arboviroses são discutidas de maneira

intersetorial, considerando que a efetividade das medidas preventivas depende da atuação conjunta dos setores envolvidos. Ressaltou a importância da participação dos vereadores nas reuniões do referido Comitê, tanto para o conhecimento das demandas quanto para o acompanhamento das deliberações e seu compartilhamento com os demais parlamentares. Na sequência, manifestou preocupação com a ausência de regulamentação do Código de Posturas Municipal, esclarecendo que os agentes de combate às endemias não possuem poder de polícia administrativa, competindo-lhes essencialmente a realização de orientações, vistorias e ações preventivas. Segundo relatou, a ausência de regulamentação dos procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no Código de Posturas tem dificultado a atuação da fiscalização municipal, especialmente nos casos de terrenos sujos, veículos abandonados e imóveis que apresentam condições favoráveis à proliferação de vetores. Informou que a questão vinha sendo discutida desde o mês de maio nas reuniões do Comitê Municipal de Arboviroses, tendo sido encaminhadas solicitações ao setor jurídico da Prefeitura Municipal. Ressaltou a necessidade de estabelecer procedimentos claros para as notificações, os prazos para regularização das irregularidades, os critérios para aplicação de multas e a garantia do direito à ampla defesa. Esclareceu que, embora o fiscal de posturas realize notificações, existem situações de reincidência em que a ausência de medidas posteriores compromete a efetividade da fiscalização. Solicitou, portanto, o apoio do Poder Legislativo junto ao Poder Executivo para que fossem adotadas as providências necessárias à regulamentação do Código de Posturas, especialmente diante da possibilidade de agravamento da situação epidemiológica no próximo ano. Recordou as dificuldades enfrentadas pelas equipes durante os surtos anteriores, quando os profissionais trabalharam intensivamente, inclusive aos finais de semana, mencionando a ocorrência de dois óbitos associados à dengue, conforme seu relato. Reforçou a necessidade de adoção de medidas preventivas antes que o município volte a enfrentar uma situação crítica, solicitando à população que realize vistorias frequentes em seus quintais, especialmente após períodos de chuva. Informou, ainda, que deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal proposições referentes à atualização do Código Sanitário Municipal e à organização da Vigilância em Saúde, colocando-se à disposição dos parlamentares para prestar esclarecimentos durante a tramitação das matérias. Destacou também a implantação de um laboratório municipal

destinado à realização de análises da qualidade da água, especialmente para atender moradores da zona rural que utilizam soluções individuais de abastecimento. Informou que o projeto havia sido elaborado no ano de dois mil e vinte e quatro, tendo recebido recursos estaduais, e que a Secretaria Municipal de Saúde já havia adquirido grande parte dos equipamentos necessários. Ressaltou que a iniciativa poderá contribuir significativamente para a identificação de problemas relacionados à qualidade da água utilizada pelas famílias residentes em comunidades rurais. Dando continuidade à sua exposição, abordou o aumento da incidência de escorpiões no município, mencionando a existência de demandas em diversas localidades. Orientou a população quanto à necessidade de manter quintais e terrenos limpos, evitar o acúmulo de entulhos, madeiras, telhas, folhas e materiais de construção, proteger os ralos, vedar frestas nas paredes e portas, verificar roupas, toalhas e calçados antes de utilizá-los, afastar camas e berços das paredes e evitar que roupas de cama permaneçam em contato com o chão. Explicou que o acúmulo de resíduos favorece a presença de baratas, que constituem fonte de alimento dos escorpiões, e que as chuvas intensas podem contribuir para o deslocamento desses animais de seus abrigos habituais, inclusive das redes de esgoto. Mencionou a predominância do escorpião-amarelo em determinadas regiões do município, destacando sua capacidade de reprodução e a necessidade de adoção de medidas preventivas. Solicitou aos vereadores que, ao receberem demandas relacionadas à presença de escorpiões, orientassem inicialmente os moradores a formalizar requerimento junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, uma vez que esse procedimento possibilita o acompanhamento da solicitação pelo cidadão e o registro das providências adotadas pelo setor responsável. Esclareceu que os prazos e procedimentos relativos aos requerimentos apresentados diretamente pelos cidadãos diferem daqueles aplicáveis às indicações de providências encaminhadas pelo Poder Legislativo, sendo que determinadas condições climáticas podem dificultar a realização imediata das atividades de manejo ambiental. Ressaltou que as situações de urgência continuarão sendo avaliadas de acordo com suas particularidades. Manifestou satisfação ao observar que moradores do distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira passaram a procurar atendimento médico após acidentes envolvendo escorpiões, destacando a importância de buscar atendimento imediato nessas situações, em vez de recorrer exclusivamente a tratamentos caseiros. Abordou também as diferenças entre as

espécies de escorpiões encontradas nos distritos de Bom Sucesso da Mantiqueira e Luminosa, ressaltando que, independentemente da espécie, devem ser adotados os cuidados necessários à prevenção de acidentes. Fazendo uso da palavra, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões questionou se existiriam formas mais eficazes de combater os escorpiões, além das medidas preventivas. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que o manejo ambiental constitui a principal estratégia de controle, destacando as limitações da utilização de produtos químicos e a importância da eliminação das condições que favorecem a presença desses animais nas proximidades das residências. Ressaltou que algumas comunidades foram constituídas em áreas que integram o habitat natural dos escorpiões, tornando ainda mais importante a adoção permanente de medidas preventivas. O senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões questionou também sobre a realização de campanhas educativas nas escolas e unidades de saúde, bem como sobre a capacitação dos agentes comunitários de saúde para orientar a população. A senhora Luciane de Fátima Constantino informou que, desde o mês de maio, vinham sendo realizadas reuniões mensais envolvendo os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, possibilitando a troca de informações, a identificação das demandas das comunidades e a capacitação dos profissionais. Destacou a realização de ações educativas nas escolas, mencionando o projeto Agente de Endemias Mirim e o novo projeto denominado Detetives da Saúde, cuja abordagem contempla, além das arboviroses, outras doenças de interesse da saúde pública, como a doença de Chagas e a hanseníase. Ressaltou que a educação em saúde constitui uma das principais estratégias de prevenção, especialmente quando desenvolvida junto às crianças, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes de suas responsabilidades. O senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões agradeceu os esclarecimentos prestados. Na sequência, o senhor Vereador Gesse Raimundo de Souza cumprimentou os presentes e parabenizou a senhora Luciane de Fátima Constantino pelo trabalho desenvolvido no município. Manifestou preocupação quanto à ausência de regulamentação do Código de Posturas, ressaltando a necessidade de o Poder Executivo estabelecer os procedimentos necessários à efetiva atuação da fiscalização municipal. Relatou situação envolvendo o acúmulo de pneus nas proximidades de uma unidade escolar, informando que, embora tivesse solicitado providências ao fiscal de posturas,

permaneciam preocupações quanto à possibilidade de acúmulo de água nos referidos materiais. Mencionou também os problemas relacionados aos veículos abandonados nas vias públicas e destacou a importância da participação dos vereadores nas reuniões do Comitê Municipal de Arboviroses. Relatou a ocorrência frequente de escorpiões em determinadas regiões do distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira, inclusive no interior de residências, reforçando a necessidade de conscientização dos moradores e de adoção de medidas preventivas. Reiterou seu apoio à solicitação de regulamentação do Código de Posturas, comprometendo-se a cobrar providências junto ao Poder Executivo. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino destacou as particularidades do distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira, considerando a intensa circulação de moradores que exercem atividades comerciais em outras localidades, circunstância que, segundo explicou, exige atenção especial quanto à ocorrência de doenças transmissíveis. Reforçou a necessidade de transformar reclamações em demandas formalmente registradas, possibilitando à Administração Municipal identificar as localidades mais afetadas e organizar adequadamente as ações de atendimento. Esclareceu que, em períodos de surto de dengue, as equipes precisam priorizar as atividades de bloqueio e controle da doença, conforme as orientações dos órgãos de saúde. Retomando a palavra, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões ressaltou que, além do Código de Posturas, o município possui legislação específica relacionada aos veículos abandonados nas vias públicas, manifestando preocupação com a persistência dos problemas, apesar da existência das normas aprovadas pelo Poder Legislativo. Questionou quais seriam os principais obstáculos para que o Poder Executivo promovesse a regulamentação necessária. A senhora Luciane de Fátima Constantino respondeu que, em seu entendimento, a questão estava relacionada à atuação do setor jurídico da Prefeitura Municipal, informando que a Secretaria Municipal de Saúde já havia encaminhado solicitação a esse respeito. Ressaltou que a regulamentação deve estabelecer critérios objetivos para a atuação do fiscal, evitando decisões arbitrárias e assegurando aos cidadãos o direito ao contraditório e à ampla defesa. O senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões manifestou entendimento de que estaria faltando uma determinação mais efetiva por parte do Poder Executivo para a resolução da questão, considerando que o setor jurídico presta serviços à Administração Municipal e poderia ser orientado a elaborar os atos regulamentares

necessários. A senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que não considerava a situação uma questão de natureza política, mas uma dificuldade administrativa e jurídica que vinha comprometendo o funcionamento de seu setor. Ressaltou que havia buscado solucionar a questão por diferentes meios, inclusive mediante solicitações encaminhadas pela gestora da Secretaria Municipal de Saúde, razão pela qual recorria ao apoio do Poder Legislativo. Destacou, ainda, a colaboração recebida de outros setores da Administração Municipal, especialmente nas ações de limpeza, manutenção e educação em saúde. Na sequência, a senhora Vereadora Leilane de Almeida parabenizou a senhora Luciane de Fátima Constantino pelos esclarecimentos apresentados, solidarizando-se com as dificuldades enfrentadas pelos profissionais responsáveis pelo combate às endemias. Destacou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na atualização do Código de Posturas e ressaltou a necessidade de o Poder Executivo complementar as medidas adotadas, mediante a regulamentação dos critérios de fiscalização e aplicação de penalidades. Solicitou que a Administração Municipal esclarecesse os motivos pelos quais a regulamentação ainda não havia sido efetivada, considerando a relevância da questão para a saúde pública. Abordou também a necessidade de o município estabelecer um local apropriado para o recebimento e armazenamento temporário de materiais inservíveis, como móveis e outros objetos que não são recolhidos pelo serviço regular de coleta de resíduos. Ressaltou que muitos cidadãos encontram dificuldades para realizar o descarte adequado desses materiais, defendendo a organização de um sistema regulamentado de recebimento, transporte e destinação final dos resíduos, de modo a evitar seu abandono nas vias públicas e em locais inadequados. Sugeriu que o Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita e o setor jurídico buscassem identificar e solucionar os entraves existentes, inclusive mediante eventual revisão da legislação municipal, caso necessária. Questionou também sobre a vacinação contra a dengue, especialmente quanto à adesão do município e ao atendimento das crianças contempladas pela campanha de imunização. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que a vacinação não integra diretamente as atribuições de seu setor, indicando a responsável técnica pela imunização municipal, senhora Mônica Torres, como a profissional apta a prestar informações detalhadas sobre o quantitativo de pessoas vacinadas e a adesão à campanha. Na oportunidade, destacou positivamente o trabalho desenvolvido pelo Secretário Municipal de

Agricultura e Meio Ambiente, senhor Mateus, ressaltando sua participação nas reuniões do Comitê Municipal de Arboviroses e sua disponibilidade para colaborar com as demandas apresentadas. O senhor Presidente solicitou que os questionamentos fossem realizados de maneira mais objetiva, considerando o tempo regimental de duração da Sessão e a necessidade de apreciação dos demais assuntos constantes da pauta. Retomando a palavra, o senhor Vereador Gesse Raimundo de Souza recordou que a Câmara Municipal havia contratado serviços especializados para a atualização do Código de Posturas, mencionando que, segundo sua lembrança, o investimento realizado no ano de dois mil e vinte e três teria sido superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Ressaltou que a ausência de regulamentação compromete o aproveitamento do trabalho realizado e reiterou a necessidade de estabelecer procedimentos que permitam ao fiscal de posturas atuar adequadamente, especialmente nos casos de reincidência e descumprimento das notificações. Parabenizou novamente a senhora Luciane de Fátima Constantino pela postura e pelo trabalho desenvolvido. Na sequência, a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú agradeceu a presença da convidada e abordou a questão do descarte irregular de resíduos, relatando situações em que moradores transportaram móveis e materiais inservíveis para lixeiras localizadas em outros bairros. Sugeriu que o Poder Executivo avaliasse a possibilidade de instalar câmeras de monitoramento em locais sujeitos ao descarte irregular, contribuindo para a identificação dos responsáveis e para a efetividade das ações de fiscalização. Informou que já havia encaminhado registros dessas ocorrências ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Ressaltou que o descarte inadequado pode favorecer tanto a proliferação do mosquito transmissor da dengue quanto a disseminação de escorpiões. Parabenizou a equipe de combate às endemias pelas atividades desenvolvidas nas escolas e pela divulgação dos projetos realizados no município, destacando a importância da colaboração entre os diferentes setores da Administração Municipal. Fazendo uso da palavra, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins questionou sobre os fatores que contribuíram para os surtos de dengue registrados nos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, buscando compreender se houve deficiência de recursos financeiros ou de insumos destinados ao combate à doença. A senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que o surto ocorrido no ano de dois mil e vinte e quatro apresentou abrangência nacional, tendo sido objeto de projeções

epidemiológicas realizadas pelos órgãos competentes. Quanto ao ano de dois mil e vinte e cinco, reiterou seu entendimento de que a ausência de recolhimento adequado dos materiais descartados durante a campanha de limpeza contribuiu para o agravamento da situação em Brazópolis. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins questionou, ainda, se a retirada de lixeiras de espaços públicos pela atual Administração Municipal poderia contribuir para o aumento da incidência da dengue. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino manifestou entendimento de que a retirada das lixeiras, por si só, não representava necessariamente um agravamento da situação, considerando a frequência da coleta regular de resíduos e a possibilidade de os moradores acondicionarem o lixo em frente às próprias residências nos dias adequados. Ressaltou que a principal dificuldade estava relacionada aos materiais inservíveis que não são recolhidos pelo serviço regular de coleta. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins questionou também sobre a disponibilidade dos produtos utilizados no controle das larvas e dos mosquitos, bem como sobre os gastos municipais com sua aquisição. A senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que os insumos utilizados nas atividades de controle de vetores são disponibilizados pelos órgãos estaduais de saúde, mediante solicitação do município, mencionando a utilização de larvicidas e produtos destinados às ações de bloqueio e ao tratamento periódico de pontos estratégicos, como borracharias e cemitérios. Informou que compete ao Município fornecer os equipamentos de proteção individual e os uniformes utilizados pelos profissionais, esclarecendo que, naquele momento, não havia problemas relacionados ao fornecimento dos insumos mencionados. Na continuidade, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins manifestou concordância com a orientação de que as demandas dos cidadãos sejam formalmente registradas junto à Prefeitura Municipal, sugerindo que os vereadores, ao encaminharem solicitações, façam referência ao número do protocolo anteriormente registrado pelo cidadão. Ressaltou também a importância de orientar os próprios servidores municipais para que prestem informações adequadas à população sobre os procedimentos de formalização das demandas, considerando que nem todos os cidadãos conhecem o funcionamento do sistema de protocolo. A senhora Luciane de Fátima Constantino concordou com a sugestão e reforçou a importância de levar essas questões às reuniões do Comitê Municipal de Arboviroses. Encerrados os questionamentos relacionados à dengue e aos escorpiões, passou-se

à abordagem da situação do abastecimento de água no bairro Floresta. A senhora Luciane de Fátima Constantino informou que o sistema de distribuição de água existente naquela comunidade foi implantado em administração municipal anterior, durante a gestão do então Prefeito Josias, assim como a estação de tratamento de água do distrito de Luminosa. Esclareceu que, em seu entendimento, a implantação de sistemas coletivos de distribuição pelo Poder Público implica responsabilidades municipais quanto ao fornecimento de água em condições adequadas ao consumo humano, observadas as disposições da Portaria GM/MS nº 888/2021. Informou que, no início do corrente ano, recebeu reclamações de moradores do bairro Floresta relacionadas à insuficiência do abastecimento e à qualidade da água distribuída, ocasião em que realizou visitas à comunidade para conhecer a situação. Relatou que foram promovidas reuniões periódicas com os moradores, acompanhadas pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo elaboradas atas para registro das discussões e providências. Esclareceu que seu setor atua na vigilância da qualidade da água para consumo humano, enquanto as medidas relativas à estrutura de captação, tratamento e distribuição são desenvolvidas pelo setor competente da Administração Municipal. Na impossibilidade de comparecimento do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente à Sessão, a senhora Luciane de Fátima Constantino procedeu à leitura de uma manifestação encaminhada pelo referido Secretário, na qual foram apresentadas informações sobre as intervenções realizadas na nascente responsável pelo abastecimento do bairro Floresta. Conforme a manifestação, foram executadas melhorias na estrutura de captação, incluindo a proteção da nascente, que anteriormente permanecia a céu aberto, proporcionando pequeno aumento da vazão e melhorias na qualidade da água. Entretanto, os resultados obtidos ainda não se mostraram suficientes para solucionar definitivamente o problema. Diante dessa situação, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto com o Prefeito Municipal, iniciou os procedimentos necessários à perfuração de um poço artesiano no bairro Floresta, com a finalidade de proporcionar à comunidade uma fonte de abastecimento com qualidade comprovada e vazão adequada às necessidades dos moradores. Informou que o processo se encontrava em andamento, passando pelos setores responsáveis e pelo cumprimento dos requisitos necessários à realização do procedimento licitatório. A senhora Luciane de Fátima Constantino manifestou satisfação com a iniciativa,

ressaltando que os moradores já haviam sido informados sobre a proposta durante reunião realizada na comunidade. Informou que uma nova reunião estava prevista para o mês de janeiro de dois mil e vinte e sete, ocasião em que deverão ser discutidos o andamento dos procedimentos administrativos, a localização mais adequada para a perfuração do poço, a estrutura de reservação e as demais providências necessárias à implantação do sistema. Destacou que a escolha do local deverá considerar aspectos técnicos e econômicos, buscando evitar despesas desnecessárias com a instalação de tubulações e sistemas de condução da água. Ressaltou que as análises realizadas no âmbito do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA indicaram que a água atualmente distribuída no bairro Floresta não apresentava condições adequadas ao consumo humano, reforçando a importância das intervenções propostas. Fazendo uso da palavra, a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú agradeceu os esclarecimentos prestados, informando que havia participado da primeira reunião realizada na comunidade e que continuava acompanhando as demandas dos moradores. Relatou que algumas famílias demonstravam preocupação quanto à possibilidade de construir novas residências no bairro, diante das limitações existentes no abastecimento de água. Manifestou satisfação com a perspectiva de implantação do poço artesiano e solicitou que fosse informada sobre a data da próxima reunião, demonstrando interesse em acompanhar os encaminhamentos e o andamento do procedimento licitatório. Questionou também se seria utilizado o reservatório existente ou se haveria necessidade de aquisição de um novo reservatório. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino informou que a data da reunião ainda não havia sido definida, comprometendo-se a comunicá-la aos vereadores interessados. Quanto à estrutura de armazenamento, mencionou a possibilidade de instalação de um reservatório de maior capacidade, estimada preliminarmente em quarenta mil litros, ressaltando que as definições ainda dependeriam das avaliações técnicas e das discussões subsequentes. Informou também que havia sido discutida a possibilidade de manutenção do sistema atualmente existente para finalidades que não envolvam o consumo humano, enquanto a água proveniente do novo sistema seria destinada ao abastecimento da população, condicionada à comprovação de sua qualidade. A senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú agradeceu as informações. Na sequência, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões abordou o

funcionamento do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DEMAE no distrito de Luminosa, manifestando entendimento de que a estrutura municipal de abastecimento poderia ser ampliada para atender outras comunidades rurais, inclusive o bairro Floresta. Defendeu a implantação de mecanismos de medição do consumo e de cobrança pelo fornecimento de água, considerando que a arrecadação poderia contribuir para a manutenção e sustentabilidade dos serviços, além de incentivar o consumo consciente. Mencionou os exemplos dos municípios de Cristina, Paraisópolis e Cambuí, que, segundo relatou, possuem sistemas municipais próprios de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Abordou também as tentativas de perfuração de poços artesianos no distrito de Luminosa pela COPASA, informando que teriam sido perfurados quatro poços, com custo aproximado de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cada, totalizando aproximadamente R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sem que, segundo seu relato, fossem alcançados os resultados esperados quanto à disponibilidade de água. Ressaltou a existência de mananciais na Serra dos Rosas, defendendo a realização de estudos para implantação de estrutura de reservação que permitisse aproveitar a água disponível naquela região, conduzindo-a por gravidade até a estação de tratamento existente no distrito de Luminosa. Recordou que havia apresentado a proposta à Administração Municipal anterior, inclusive mediante visita ao local acompanhada pelo então Prefeito Carlos, ocasião em que também foram discutidas possibilidades de utilização de área pertencente à família da senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins. Informou que, apesar das tratativas realizadas, a proposta não teve continuidade. Manifestou entendimento de que o aproveitamento dos recursos hídricos existentes poderia representar uma alternativa economicamente mais vantajosa, defendendo que o Poder Executivo retomasse os estudos a respeito da matéria. Mencionou a perspectiva de realização de reunião junto à COPASA, em Belo Horizonte, oportunidade em que poderão ser discutidas alternativas para o abastecimento de água no distrito de Luminosa. Abordou, ainda, o crescimento do bairro Valentins, especialmente em razão de sua localização na rota do Caminho da Fé, destacando a necessidade de planejamento e regulamentação do abastecimento de água diante da expansão das construções naquela comunidade. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino manifestou concordância com a importância de estudar alternativas para o abastecimento das comunidades rurais, sugerindo que os

vereadores, de maneira conjunta, estabelecessem diálogo com a atual Administração Municipal, apresentando formalmente as propostas discutidas. Defendeu a realização de visitas técnicas a municípios que possuem sistemas próprios de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com a participação de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, visando conhecer suas estruturas e avaliar a possibilidade de adaptação à realidade de Brazópolis. Mencionou a existência de planejamento para implantação de hidrômetros e cobrança pelo fornecimento de água no distrito de Luminosa, destacando a importância de envolver a população nas discussões, esclarecendo os benefícios decorrentes do consumo consciente e da sustentabilidade do sistema. Ressaltou que a solução dos problemas exige responsabilidade compartilhada, diálogo institucional e atuação conjunta dos agentes públicos. O senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões reiterou seu entendimento quanto à necessidade de maior iniciativa por parte do Poder Executivo para solucionar os problemas relacionados ao abastecimento de água, defendendo o aproveitamento dos mananciais existentes no município e a avaliação de alternativas à transferência dos serviços para concessionárias. Na sequência, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins informou conhecer o histórico das discussões relacionadas ao abastecimento de água no distrito de Luminosa desde sua infância, recordando as tratativas realizadas durante a administração do então Prefeito Josias para viabilizar o fornecimento de água à comunidade. Mencionou informações obtidas junto ao seu tio, senhor Paulo, profissional que possui experiência técnica na área de abastecimento de água e que exerceu atividades junto à COPASA. Relatou que, em oportunidade anterior, teria sido sugerida a inclusão do bairro Floresta em iniciativas de ampliação dos serviços de abastecimento, considerando as características da estrutura existente e a possibilidade de adequação da rede. Informou que havia repassado informações sobre o bairro Floresta ao atual responsável local pela COPASA, senhor Carlos, inclusive para subsidiar visitas e levantamentos técnicos naquela comunidade. Durante a discussão, a senhora Luciane de Fátima Constantino esclareceu que o bairro Floresta já possuía rede coletiva de distribuição implantada anteriormente, embora não dispusesse de estação de tratamento nos mesmos moldes da existente no distrito de Luminosa. Foram discutidas também as dificuldades relacionadas à inclusão da comunidade nos serviços da COPASA, especialmente quanto aos critérios de atendimento e ao número de imóveis abrangidos pelo sistema. A senhora

Vereadora Gabriela Pereira Martins abordou as diferenças entre os sistemas de abastecimento dos distritos de Luminosa e Bom Sucesso da Mantiqueira, mencionando informações recebidas sobre o quantitativo de residências atendidas, a produção e a vazão de água, bem como as dificuldades verificadas durante os períodos de estiagem. Manifestou preocupação quanto à utilização de fontes complementares de abastecimento e à necessidade de assegurar a qualidade da água fornecida à população. Em resposta, a senhora Luciane de Fátima Constantino informou que realiza coletas periódicas de amostras da água distribuída no distrito de Luminosa, esclarecendo que, até aquele momento, não havia sido constatada contaminação nas análises mencionadas. Ressaltou que eventuais discussões aprofundadas sobre o funcionamento da estação de tratamento deveriam contar com a participação dos profissionais responsáveis pela sua operação, possibilitando a apresentação e avaliação conjunta dos dados técnicos. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins esclareceu que suas manifestações tinham por finalidade contribuir com a discussão e que as informações apresentadas não pretendiam atribuir responsabilidades à sua família quanto às dificuldades enfrentadas. Considerando a extensão dos debates e o tempo regimental da Sessão, o senhor Presidente ponderou que a finalidade inicialmente estabelecida para o uso da Tribuna Livre estava relacionada à situação da dengue e ao abastecimento de água no bairro Floresta, observando que a discussão havia se estendido a outras comunidades e questões que demandariam a participação do Prefeito Municipal e dos setores competentes. Solicitou, portanto, o encerramento das manifestações, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos legislativos. A senhora Luciane de Fátima Constantino agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos, colocando seu setor à disposição dos vereadores para futuras discussões e análises das informações técnicas apresentadas. Reiterou a importância do diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo para a resolução dos problemas relacionados ao abastecimento de água nas comunidades rurais e renovou o convite para a participação de todos na mobilização do Dia D de Combate à Dengue. Pediu desculpas pela extensão de sua manifestação e agradeceu a atenção dos presentes. O senhor Presidente agradeceu a presença da convidada e colocou a Tribuna Livre à sua disposição sempre que necessário, dando continuidade aos trabalhos legislativos. Passando à Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Resolução nº 009/2026, de autoria da Mesa Diretora da

Câmara Municipal, que altera o § 2º do artigo 168 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Brazópolis, para adequar o limite e a base de cálculo das emendas parlamentares individuais impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, em conformidade com a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2026, e dá outras providências. Por solicitação do senhor Presidente, a senhora Vereadora Leilane de Almeida procedeu à leitura da proposição, que estabelece o limite de 1,55% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo, destinando-se metade desse percentual às ações e serviços públicos de saúde. A proposição mantém inalterados o caput e os demais parágrafos do artigo 168 do Regimento Interno, prevendo sua entrada em vigor na data da publicação, com efeitos a contar da promulgação da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2026. Na sequência, a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú procedeu à leitura da justificativa, na qual foi destacada a necessidade de harmonização do Regimento Interno com a nova redação da Lei Orgânica Municipal, evitando divergências normativas e conferindo maior segurança jurídica à apresentação, tramitação e execução das emendas parlamentares individuais impositivas. Foram abordados os fundamentos constitucionais e jurisprudenciais apresentados na justificativa para a adoção do limite de 1,55%, a definição da base temporal de cálculo da Receita Corrente Líquida e a manutenção da obrigatoriedade de destinação de metade dos recursos às ações e serviços públicos de saúde. A justificativa destacou, ainda, a competência da Câmara Municipal para dispor sobre seu Regimento Interno e a necessidade de observância dos procedimentos regimentais para a tramitação da matéria. Encerradas as leituras, o senhor Presidente distribuiu a proposição à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cuja Presidente, senhora Vereadora Leilane de Almeida, designou como Relatora a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú. A matéria foi também distribuída à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, cujo Presidente, senhor Vereador João Pedro Visotto, designou como Relator o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões. Na sequência, foi anunciado o Projeto de Lei do Executivo nº 032/2026, de treze de novembro de dois mil e vinte e seis, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares ao orçamento municipal de dois mil e vinte e seis. Antes de proceder à leitura da matéria, a senhora Vereadora Leilane de Almeida solicitou a palavra pela ordem, invocando o artigo 90 do Regimento Interno

para possibilitar a continuidade da Sessão, considerando a relevância dos assuntos ainda pendentes de apreciação. O senhor Presidente esclareceu que, embora a duração regimental da Sessão fosse de três horas, os trabalhos poderiam prosseguir diante da importância das matérias constantes da pauta, submetendo a continuidade da Sessão à apreciação do Plenário. Fazendo uso da palavra, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões ressaltou a importância de observar as disposições regimentais, manifestando, entretanto, entendimento de que, considerando a realização de uma Sessão Ordinária semanal, os vereadores deveriam permanecer reunidos pelo tempo necessário à conclusão dos trabalhos legislativos. Submetida a questão à apreciação, todos os vereadores manifestaram concordância com a continuidade da Sessão. Na sequência, a senhora Vereadora Leilane de Almeida procedeu à leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 032/2026, que prevê a abertura de créditos suplementares no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias relacionadas à manutenção das estradas, obras e serviços públicos municipais, mediante utilização de recursos próprios provenientes do superávit financeiro do exercício anterior. Entre as dotações contempladas, foram mencionadas aquelas referentes à aquisição de materiais de consumo para a gestão operacional da Divisão de Estradas, do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e das redes de esgoto municipais. Em seguida, a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú procedeu à leitura da mensagem encaminhada pelo Prefeito Municipal, na qual foi esclarecido que as dotações previstas no orçamento vigente se mostraram insuficientes para atender às demandas de manutenção das estradas e obras públicas. Segundo a justificativa, a suplementação pretende evitar a paralisação dos serviços, prevenir a deterioração das intervenções já realizadas, garantir a continuidade do atendimento à população e minimizar os impactos decorrentes do período chuvoso. A mensagem apresentou também os fundamentos legais para a abertura dos créditos suplementares, mencionando a Constituição Federal e a Lei Federal nº 4.320/1964, indicando como fonte de cobertura o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Encerradas as leituras, o senhor Presidente distribuiu a matéria à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cuja Presidente, senhora Vereadora Leilane de Almeida, designou como Relator o senhor Vereador Gesse Raimundo de Souza, e à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, cujo Presidente, senhor

Vereador João Pedro Visotto, designou como Relatora a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins. Posteriormente, foi apresentado o Projeto de Lei do Legislativo nº 019/2026, de autoria do senhor Vereador Diego Caetano Henrique e da senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins, que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos no Município de Brazópolis e dá outras providências. Por solicitação do senhor Presidente, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins procedeu à leitura da proposição, que estabelece a denominação de onze vias públicas localizadas no loteamento Lagos da Serra, sendo elas: Rua Domingos Cipresso, Rua Carlos Noronha, Rua Itália Cipresso Cintra, Rua Genuíno Pereira da Rosa, Rua Elisa Ribeiro de Mendonça, Rua Isaías Bonachela, Rua Alfredo de Noronha, Rua Maria Lemes, Rua Joaquim Higino Geraldo, Rua Rubens Antunes Chaves e Rua B. A proposição estabelece que as informações referentes à identificação, localização, extensão e memoriais descritivos georreferenciados das vias constam em anexo integrante da matéria, competindo ao Poder Executivo Municipal adotar as providências necessárias à instalação das placas de identificação dos logradouros. Na sequência, o senhor Vereador Diego Caetano Henrique cumprimentou os presentes e procedeu à leitura da justificativa, esclarecendo que a proposição pretende oficializar a denominação das onze vias públicas, sendo dez delas destinadas a homenagear personalidades que contribuíram, de diferentes formas, para a história e identidade da comunidade, enquanto a denominação Rua B corresponde à identificação já consolidada entre os moradores. Ressaltou que as homenagens propostas buscam preservar a memória de cidadãos cujas trajetórias estiveram relacionadas ao comércio, ao serviço público, à cultura, à convivência comunitária e à valorização das tradições familiares e locais. Destacou também que a denominação oficial das vias contribuirá para a organização do loteamento, facilitando a identificação dos endereços, a localização dos imóveis e a prestação de serviços públicos à população. Quanto à Rua B, esclareceu que se optou pelo reconhecimento da denominação atualmente utilizada pela comunidade, sem antecipar a homenagem pretendida ao senhor Waldair Mendonça, cuja eventual atribuição de nome à via dependerá do cumprimento dos requisitos legais e da aprovação de legislação específica em momento oportuno. Ressaltou que o projeto se encontra acompanhado de memoriais descritivos georreferenciados, mapas de localização e informações biográficas dos homenageados. Encerradas as leituras, o senhor Presidente agradeceu aos

vereadores proponentes pela apresentação da matéria e informou que a leitura das dez biografias seria dispensada naquele momento, considerando mais adequada sua apresentação por ocasião da votação da proposição. Distribuiu a matéria à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cuja Presidente, senhora Vereadora Leilane de Almeida, designou como Relatora a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú. Encerrado o Pequeno Expediente, passou-se ao Grande Expediente, oportunidade em que foi concedida a palavra ao senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões, que iniciou sua manifestação retomando o assunto abordado em sessão anterior referente à substituição de um poste de energia elétrica danificado em decorrência de acidente ocorrido na Rua Doutor Milton Campos, no distrito de Luminosa. Esclareceu que, embora tivesse manifestado insatisfação com a demora no atendimento pela CEMIG, a concessionária realizou a substituição do poste na terça-feira da semana anterior, aproximadamente uma semana após o ocorrido. Registrou seu agradecimento pelos serviços executados. Abordou, em seguida, situação envolvendo uma árvore de grande porte localizada na Praça José Bento, no distrito de Luminosa, informando que havia conversado com o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente sobre a necessidade de avaliação de suas condições. Relatou que a árvore apresenta frequentes desprendimentos de galhos durante períodos de vento e chuvas intensas, representando riscos aos veículos, pedestres e imóveis situados nas proximidades. Informou que já havia sido plantada outra árvore nas imediações, com a perspectiva de futura substituição daquela que apresenta problemas. Esclareceu que o Secretário Municipal se comprometeu a encaminhar a demanda ao órgão ambiental competente, para avaliação das condições fitossanitárias da árvore e definição das providências adequadas. Registrou seu agradecimento pela atenção dispensada à solicitação. Posteriormente, parabenizou os participantes da Audiência Pública realizada na semana anterior, destinada à discussão da cultura no Município de Brazópolis. Destacou a significativa participação popular e a oportunidade concedida aos cidadãos para apresentarem opiniões, críticas, elogios e questionamentos acerca das políticas culturais desenvolvidas no município. Manifestou avaliação positiva sobre o trabalho realizado pelo Secretário Municipal responsável pela área da Cultura, senhor Ricardo Barbosa Amaral, ressalvando seu respeito às opiniões divergentes. Destacou também as informações e esclarecimentos apresentados pelo Chefe da Divisão de Cultura, senhor Wagner

Pereira, ressaltando a importância do debate público para o aprimoramento das políticas municipais. Agradeceu aos participantes e reforçou que novas audiências públicas poderão ser realizadas para discussão de outros assuntos de interesse da população. Na sequência, a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú fez uso da palavra, iniciando sua manifestação com cumprimentos e congratulações aos organizadores e participantes da segunda edição do evento Afrobras, realizado no município durante o final de semana anterior. Destacou o crescimento do evento e a participação de pessoas provenientes de outras localidades. Em seguida, abordou a aplicação dos recursos de emenda parlamentar individual impositiva de sua autoria, destinada à Escola Nossa Senhora Aparecida, informando que havia visitado a instituição para acompanhar a utilização dos recursos e as melhorias realizadas. Mencionou a aquisição de televisores, mesas, computadores, geladeira, liquidificador industrial e outros materiais necessários ao funcionamento da unidade escolar, ressaltando os benefícios proporcionados às crianças e aos profissionais que ali desempenham suas atividades. Parabenizou a responsável pela instituição, senhora Flávia, pela aplicação dos recursos, informando que continuará acompanhando a entrega dos demais equipamentos previstos. Posteriormente, manifestou insatisfação com os problemas recorrentes no transporte escolar terceirizado que atende os bairros Japão, Campo Belo, Floresta e demais localidades abrangidas pela referida linha. Relatou que, ao longo do ano, recebeu diversas reclamações dos moradores relacionadas aos atrasos, às dificuldades de acesso dos veículos em determinados trechos e às solicitações para que os responsáveis pelos estudantes os conduzissem a pontos de embarque diferentes daqueles habitualmente utilizados. Informou que, apesar da realização de serviços de manutenção em determinados trechos das estradas, os atrasos continuavam ocorrendo, ocasionando prejuízos aos estudantes, inclusive com a perda de atividades avaliativas. Destacou que algumas crianças embarcam no bairro Japão por volta das 5h40 e, mesmo assim, chegam atrasadas às aulas, cujo início ocorre às 7h30, evidenciando a necessidade de revisão da organização da linha. Mencionou a existência de abaixo-assinado e de solicitações anteriormente encaminhadas aos setores responsáveis da Prefeitura Municipal, inclusive ao setor jurídico. Relatou também ter recebido gravações contendo manifestações atribuídas a motorista do transporte escolar, consideradas inadequadas pela parlamentar. Ressaltou que, apesar das reclamações apresentadas

desde o início do ano, os problemas persistiam, manifestando preocupação com a qualidade dos serviços prestados e com a fiscalização do contrato. Defendeu que o Poder Executivo avaliasse a possibilidade de reorganização do itinerário ou criação de outra linha, de modo a reduzir o tempo de deslocamento e garantir melhores condições de atendimento aos estudantes e demais usuários autorizados do transporte. Informou que continuará acompanhando e fiscalizando a situação, especialmente quanto ao planejamento do serviço para o próximo ano letivo. Na continuidade, solicitou atenção da Prefeitura Municipal quanto à necessidade de limpeza e roçada nas proximidades da entrada do bairro Anhumas, especialmente no entorno do ponto de ônibus existente junto à rodovia, considerando o crescimento da vegetação e as dificuldades de visibilidade e segurança no local. Por fim, convidou a população para prestigiar o almoço promovido pelo Lar da Criança, previsto para o domingo subsequente, destacando a possibilidade de aquisição antecipada dos ingressos ou diretamente no local do evento. Desejou a todos uma boa semana e encerrou sua manifestação. Na sequência, fez uso da palavra o senhor Vereador Gesse Raimundo de Souza, que parabenizou a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú por apresentar as dificuldades relacionadas ao transporte escolar, ressaltando a necessidade de fiscalização rigorosa por parte do Poder Executivo quanto aos serviços prestados pela empresa contratada. Posteriormente, abordou a situação de árvores de grande porte localizadas nas proximidades da instituição Nossa Senhora de Fátima, no distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira, informando que vem solicitando providências desde a administração municipal anterior. Relatou que, durante um temporal ocorrido na sexta-feira anterior, houve o desprendimento de um galho de uma dessas árvores, ocasionando danos ao padrão de energia elétrica de uma residência e a interrupção do fornecimento de energia à moradora, que precisou se deslocar temporariamente para a residência de familiares. Informou que, após tratativas com o Prefeito Municipal e com o responsável pelo setor de Obras, foi realizada, naquela data, uma vistoria no local com a participação de representante da CEMIG, ocasião em que foram avaliadas as condições da árvore e as interferências existentes junto às redes de energia elétrica e de telecomunicações. Esclareceu que a árvore havia sido plantada há muitos anos, em período no qual existiam poucas residências nas proximidades, mas que, em razão da expansão das construções, passou a representar preocupação aos moradores. Informou que foram discutidas as

providências necessárias à sua retirada, incluindo a disponibilização de equipamentos pela Prefeitura Municipal e a necessidade de comunicação às empresas responsáveis pelas redes instaladas no local. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de novos acidentes e solicitou que a intervenção fosse realizada com urgência e com o acompanhamento dos órgãos e empresas competentes. Agradeceu ao Prefeito Municipal, ao responsável pelo setor de Obras e ao representante da CEMIG pela atenção dispensada à demanda. Ressaltou também a necessidade de intensificação dos serviços de poda de vegetação nas proximidades das redes elétricas do distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira e das demais localidades do município. Em seguida, abordou situação relacionada ao escoamento inadequado de esgoto em uma estrada na região do Paiol Novo, decorrente de problemas na estrutura utilizada pelos moradores para tratamento dos efluentes domésticos. Informou que, após diálogo com o Prefeito Municipal, foi estabelecida a possibilidade de colaboração entre os moradores e a Prefeitura Municipal, mediante aquisição dos materiais necessários pelos interessados e disponibilização de máquinas e serviços pelo Município. Relatou que os moradores já haviam providenciado a aquisição e instalação de um biodigestor, restando a execução dos serviços relacionados à abertura de valetas e instalação da tubulação necessária. Informou que havia recebido a previsão de atendimento da demanda nos próximos dias, ressalvada a possibilidade de ocorrência de imprevistos. Agradeceu aos servidores municipais envolvidos e destacou as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura Municipal diante da extensão territorial do município, da demanda por serviços, da disponibilidade de máquinas e veículos e dos afastamentos de servidores por motivos de saúde. Solicitou compreensão à população e encerrou sua manifestação desejando a todos uma excelente semana. Na sequência, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins fez uso da palavra, abordando inicialmente a Audiência Pública sobre a Cultura realizada na quarta-feira da semana anterior. Destacou a participação do Secretário Municipal responsável pela Cultura, do Chefe da Divisão de Cultura, de uma agente cultural e de diversos representantes da sociedade civil, ressaltando a importância dos esclarecimentos apresentados sobre o Sistema Nacional de Cultura e os mecanismos de captação de recursos. Informou que, entre os encaminhamentos discutidos durante a audiência, destacaram-se a constituição do Conselho Municipal de Cultura, a elaboração da legislação pertinente e do Plano Municipal de Cultura, bem como a organização de fóruns temáticos

destinados à discussão de diferentes manifestações culturais, a exemplo do artesanato e da música. Defendeu que a cultura seja desenvolvida como uma política pública permanente, com planejamento de longo prazo e continuidade independentemente das mudanças de governo. Mencionou também a proposta de instituição, por meio de legislação específica, de uma fundação relacionada ao Castelinho, visando ampliar as possibilidades de captação de recursos, inclusive junto à iniciativa privada, e contribuir para o fortalecimento das atividades culturais no município. Ressaltou que a Audiência Pública possibilitou tanto a apresentação das ações desenvolvidas pela Administração Municipal quanto a manifestação de cidadãos que possuem opiniões divergentes sobre as políticas culturais atualmente adotadas. Manifestou satisfação com os resultados obtidos e com a participação da sociedade civil, na condição de integrante da comissão responsável pela área da Cultura. Posteriormente, parabenizou a Administração Municipal e os organizadores pela realização da segunda edição do Afrobras, destacando a importância da continuidade das ações de valorização da cultura negra no município. Ressaltou que a programação do evento foi ampliada para dois dias, possibilitando maior visibilidade às manifestações culturais locais, como a capoeira, os blocos carnavalescos, as apresentações musicais e as atividades relacionadas ao maracatu. Destacou a participação de artistas locais e de outras localidades, ressaltando a diversidade e a riqueza das manifestações da cultura negra. Na continuidade, fez referência ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, celebrado em vinte e cinco de novembro, abordando a importância das campanhas de conscientização e dos vinte e um dias de ativismo pelo fim da violência e do racismo contra as mulheres, iniciados no Brasil em vinte de novembro, Dia da Consciência Negra. Ressaltou a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, considerando também as desigualdades relacionadas ao gênero e à raça, especialmente aquelas que afetam as mulheres negras. Reconheceu os avanços alcançados pelo município nessa área e defendeu a continuidade e ampliação das ações destinadas à promoção da igualdade e da justiça social. Por fim, sugeriu que representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher fossem convidados a participar de uma próxima Sessão Ordinária, com a finalidade de apresentar informações sobre as políticas públicas desenvolvidas no município, os atendimentos realizados pelos serviços de referência e o funcionamento

da Sala Lilás instalada na Delegacia de Polícia. Na sequência, a senhora Vereadora Leilane de Almeida fez uso da palavra, parabenizando os membros da comissão responsável pela realização da Audiência Pública sobre a Cultura e destacando a importância desses espaços de participação popular, que possibilitam aos representantes do Poder Legislativo conhecer as opiniões, necessidades e expectativas da sociedade. Recordou a realização de audiência pública sobre o meio ambiente no ano anterior, ressaltando a relevância da continuidade dessas iniciativas. Manifestou solidariedade à senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú e aos estudantes e demais usuários da linha de transporte escolar que atende os bairros Japão, Campo Belo e Floresta, informando que, em seis de fevereiro do corrente ano, havia encaminhado registros da situação à Secretaria Municipal de Educação. Manifestou preocupação ao constatar que, apesar das solicitações apresentadas ao longo do ano, os problemas ainda persistiam. Ressaltou os prejuízos ocasionados pelos atrasos aos estudantes e aos servidores que utilizam o transporte, solicitando que a Administração Municipal apresentasse uma solução efetiva para a questão. Em seguida, reiterou a necessidade de manutenção da quadra esportiva localizada no bairro Estação, informando que havia sido procurada pelo ex-Vereador Sérgio Pellegrino, que lhe solicitou providências quanto às condições do referido espaço. Recordou que a demanda já havia sido apresentada em diversas oportunidades por ela e por outros parlamentares, mencionando a existência de vegetação crescendo no interior da quadra. Solicitou urgência na realização dos reparos, bem como atenção às condições das demais quadras esportivas do município. Posteriormente, agradeceu à Prefeitura Municipal pela realização dos serviços de limpeza no bairro Santo Isidro, cuja solicitação havia sido encaminhada anteriormente à Secretaria da Câmara. Parabenizou também a Administração Municipal pela execução do calçamento no Morro do Sabão, informando que, inicialmente, havia solicitado que a obra fosse realizada mediante utilização de recursos no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), provenientes de emenda parlamentar destinada pelo senhor Deputado Federal Miguel Ângelo. Esclareceu que, posteriormente, foi informada de que os referidos recursos seriam utilizados para aquisição de um trator destinado às atividades agrícolas, considerando a disponibilidade de projeto para viabilizar sua utilização. Manifestou satisfação pelo fato de a Administração Municipal ter acolhido a demanda dos moradores do Morro do Sabão e executado o calçamento, ainda que

mediante utilização de outra fonte de recursos. Destacou também a atuação do senhor Maurício, assessor do referido Deputado, no acompanhamento da demanda. Na sequência, agradeceu pela construção de uma ponte no bairro Gomeiras, ressaltando que as condições da estrutura anterior não permitiam a realização de simples reparos, sendo necessária sua substituição. Destacou a importância da intervenção para a mobilidade dos moradores e defendeu o fortalecimento do diálogo e da cooperação entre Brazópolis e os municípios vizinhos, especialmente Piranguinho e Paraisópolis, considerando a existência de comunidades situadas nas regiões limítrofes, onde, por vezes, surgem dúvidas quanto à responsabilidade pela execução dos serviços públicos. Mencionou também que a senhora Vereadora Andresa Aparecida Isaú vinha acompanhando demandas naquela região, ressaltando a importância da atuação conjunta dos parlamentares em benefício das comunidades. Por fim, colocou-se à disposição dos munícipes para o recebimento e encaminhamento de suas solicitações, agradecendo a oportunidade de manifestação. Não havendo outros vereadores interessados em fazer uso da palavra no Grande Expediente, o senhor Presidente, Vereador Adilson Francisco de Paula, fez algumas considerações finais, esclarecendo que, embora não tenha o hábito de apresentar grande quantidade de indicações de providências durante as sessões, realiza constantemente cobranças diretamente aos setores competentes da Administração Municipal. Na oportunidade, reiterou a solicitação de manutenção da estrada localizada na região do bairro Farias, nas proximidades do bairro Prainha, conhecida como Estrada dos Hilários, que dá acesso ao Alto do Castelo. Informou que vem solicitando melhorias no referido trecho desde o ano anterior, destacando que, embora se trate de uma estrada de pequena extensão, sua elevada inclinação torna necessária a realização de serviços de patrolamento e colocação de material pétreo, visando melhorar as condições de trafegabilidade. Manifestou insatisfação com a ausência de atendimento à demanda, relatando que os equipamentos municipais passam pelas proximidades sem executar os serviços necessários naquele trecho. Informou que reiteraria a solicitação junto aos setores competentes no dia seguinte. Reforçou também a necessidade de manutenção do calçamento da subida da Igreja Nossa Senhora da Piedade, no bairro Farias, considerando tratar-se de uma demanda antiga dos moradores, reiteradamente apresentada ao Poder Executivo. Manifestou entendimento de que, diante da insuficiência de profissionais disponíveis para a execução dos serviços de

manutenção de calçamentos, a Administração Municipal deveria avaliar alternativas para ampliar sua capacidade de atendimento, inclusive mediante contratação de profissionais ou empresas especializadas, observados os procedimentos legais pertinentes. Destacou, ainda, a necessidade de intensificação dos serviços de roçada e manutenção das estradas municipais, especialmente diante do crescimento da vegetação durante o período chuvoso. Ressaltou que os recursos públicos devem ser revertidos em benefícios à população, esperando que as demandas apresentadas sejam efetivamente atendidas pelo Poder Executivo. O senhor Presidente agradeceu a participação de todos e convidou os presentes e a população em geral para a trigésima nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Brazópolis, a ser realizada no dia primeiro de dezembro de dois mil e vinte e seis, às 18h, declarando encerrados os trabalhos da presente Sessão. Nada mais a ser tratado, eu Leilane de Almeida, lavrei a presente ata, que após ser aprovada será assinada por todos os senhores Vereadores presentes e publicada no mural da Sede Legislativa e de forma eletrônica em seu site. Em conformidade com a Seção III, artigo 113, parágrafo primeiro do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a integralidade desta Sessão Ordinária está disponível pelo link:
https://www.youtube.com/live/VrDtIRewcn8?si=Bi7oGUYEqpYkasBz

Adilson Francisco de Paula **Presidente**	Andresa Aparecida Isaú **Vice-presidente**	Leilane de Almeida **Secretária**
Marcos Adriano Romeiro Simões	Gesse Raimundo de Souza	Diego Caetano Henrique
Gabriela Pereira Martins	Ricardo Joaquim Ilhéo	João Pedro Visotto